

9 – RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS PREVISTOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

9.1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

A RCL serve como base para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias, das operações de crédito e da despesa com serviços de terceiros.

De acordo com o inciso I, art. 73, da Lei nº 10.266, de 24/7/2001, o Poder Executivo publicará, até vinte dias do encerramento do quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida. Na União, o demonstrativo, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida, referentes ao terceiro quadrimestre de 2002 foram publicados pela Portaria nº 11, de 16 de janeiro de 2003.

O demonstrativo que serviu de base de cálculo para apuração dos limites do Relatório de Gestão Fiscal da União, referente ao terceiro quadrimestre de 2002, foi o seguinte:

GOVERNO FEDERAL
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2002 A DEZEMBRO/2002

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RS Milhares PREVISÃO P/ O EXERCÍCIO ⁶
	JAN/02	FEV/02	MAR/02	ABR/02	MAI/02	JUN/02	JUL/02	AGO/02	SET/02	OUT/02	NOV/02	DEZ/02		
RECEITA CORRENTE (I)	31.129.784	25.404.519	25.463.458	27.926.598	26.644.972	23.791.353	34.148.599	25.734.850	30.127.501	27.801.511	28.924.190	35.977.653	343.074.988	348.132.578
Receita Tributária	11.915.201	8.211.488	8.525.088	10.317.584	8.544.663	7.093.681	8.293.331	6.645.414	9.873.255	10.166.358	8.160.728	10.150.245	107.897.036	109.893.030
Receita de Contribuições	15.855.687	13.320.753	13.924.842	14.857.285	14.730.853	14.486.047	21.593.114	16.174.625	16.494.209	13.929.679	17.028.601	21.171.712	193.567.407	197.041.222
Receita Patrimonial	655.732	844.952	1.147.412	346.454	1.406.506	288.566	535.593	780.863	725.432	485.470	621.562	1.961.089	9.799.631	10.764.578
Receita Agropecuária	985	1.752	1.599	2.158	1.515	1.560	1.341	1.502	2.167	2.220	1.857	11.607	30.263	34.435
Receita Industrial	11.803	21.087	50.069	26.951	30.906	28.596	24.174	23.540	15.980	32.102	27.942	49.600	342.750	372.279
Receita de Serviços	2.059.559	987.379	1.144.693	1.483.793	1.119.243	1.117.714	2.266.324	1.167.482	1.051.310	1.997.582	1.219.066	1.546.914	17.161.059	16.772.739
Transferências Correntes	9.334	6.094	10.420	21.006	7.331	28.200	15.147	12.153	13.631	31.071	7.215	26.908	188.510	340.055
Receitas Correntes a Classificar	9.896	9.969	(1.794)	(1.326)	(3.710)	3.775	(13.031)	1.135	15.975	(8.007)	376.692	(389.574)	0	-
Outras Receitas Correntes	611.587	2.001.045	661.129	872.693	807.665	743.214	1.432.606	928.136	1.935.542	1.165.036	1.480.527	1.449.152	14.088.332	12.914.240
DEDUÇÕES (II)	10.883.469	11.333.681	9.431.420	10.465.516	11.762.638	10.039.222	11.753.428	11.200.677	11.369.209	12.654.024	12.584.354	17.670.030	141.147.668	142.231.338
Transf. Constitucionais e Legais ¹	4.142.360	5.079.208	3.191.709	3.975.601	4.990.218	3.221.983	4.028.866	3.849.994	4.080.364	4.899.631	4.921.874	5.926.134	52.307.942	52.607.073
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social ²	5.135.413	5.021.297	5.086.290	5.254.189	5.523.563	5.440.269	5.719.013	5.820.087	5.699.212	6.042.703	5.816.960	9.955.509	70.514.505	70.902.800
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	393.757	339.116	311.728	330.031	301.493	368.589	322.329	352.132	282.356	361.161	499.824	506.489	4.369.005	4.456.903
- Servidor ³	193.713	170.621	154.605	165.314	151.438	186.302	160.792	175.617	138.028	180.990	250.442	227.203	2.155.065	-
- Patronal ⁴	200.044	168.495	157.123	164.717	150.055	182.287	161.537	176.515	144.328	180.171	249.382	279.286	2.213.940	-
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	133.967	93.401	75.479	75.244	74.384	79.896	79.470	80.023	61.470	98.498	81.462	61.885	995.179	1.008.000
Contribuição p/ PIS/PASEP ⁵	1.077.972	800.659	766.214	830.451	872.980	928.485	1.603.750	1.098.441	1.245.807	1.252.031	1.264.234	1.220.013	12.961.037	13.256.562
- PIS	1.010.269	721.694	695.227	752.885	789.787	810.409	1.482.899	974.660	1.120.528	1.128.334	1.137.035	1.081.419	11.705.146	-
- PASEP	67.703	78.965	70.987	77.566	83.193	118.076	120.851	123.781	125.279	123.697	127.199	138.594	1.255.891	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	20.246.315	14.070.838	16.032.038	17.461.082	14.882.334	13.752.131	22.395.171	14.534.173	18.758.292	15.147.487	16.339.836	18.307.623	201.927.320	205.901.240

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC

¹ Não estão sendo deduzidas as transferências relativas à Lei Complementar n.º 87/96 e parte da complementação da União para o FUNDEF, cujas receitas originárias tenham sido provenientes de operações de crédito, que não tramitam, portanto, nas receitas

² Deduzido com base no inciso IV, "a" e § 3º do artigo 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

³ Deduzido com base no inciso IV, "c" do artigo 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

⁴ Deduzido com base no § 3º do artigo 2º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

⁵ Alteração de valores nos meses de janeiro a março de 2002 decorrentes de ajustes na apuração.

⁶ A previsão da Receita é a constante na Lei 10.407 de 10 de janeiro de 2002 e revisões.

Notas:

- Não estão sendo computadas nas Transferências Constitucionais as transferências ao Distrito Federal para prover as despesas decorrentes do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, conforme Parecer n.º 021/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

- A metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da receita corrente líquida - RCL, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício.

A previsão da receita constante no demonstrativo refere-se à inicial da Lei Orçamentária Anual nº 10.407, de 10/1/2002, ajustada pelos acréscimos e reduções correspondentes a dotação. A Secretaria de Orçamento Federal não disponibilizou à Secretaria do Tesouro Nacional a reestimativa da receita prevista pelo Decreto nº 4.120, de 7/2/2002, alterado pelo Decreto nº 4.512, de 12/12/2002, o que impossibilitou a obtenção dos registros da previsão dos referidos decretos de programação financeira.

A informação constante nesse demonstrativo serve de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados no Relatório de Gestão Fiscal.

Entende-se como RCL, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas algumas deduções.

Na União, as deduções são as seguintes:

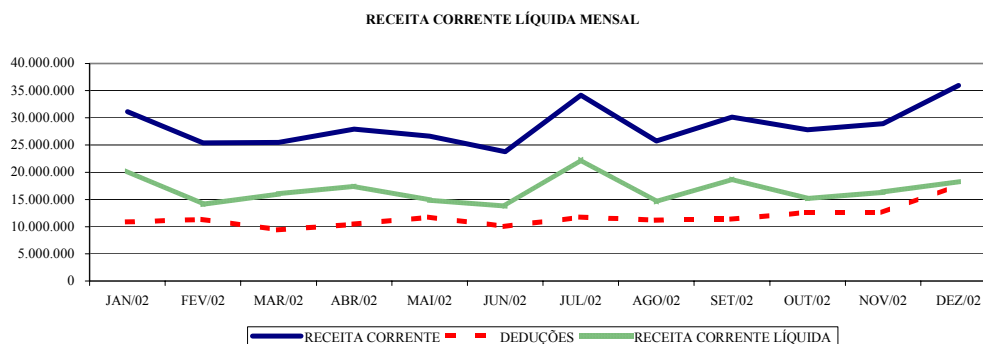
- valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal. Até novembro de 2002, a Secretaria do Tesouro Nacional considerava como transferências constitucionais as relativas ao inciso XIV, art. 21 da CF, que trata de repasses ao Distrito Federal. O Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 082/2002 – SEMAG-GS, entende que somente as transferências constitucionais decorrentes de repartição tributária devem ser deduzidas no cálculo da Receita Corrente Líquida. As transferências de recursos para o Distrito Federal é para prover despesas de responsabilidade da União por força de mandamento constitucional. O entendimento do Tribunal de Contas da União foi corroborado pelo Parecer nº 021/2003, de 7/1/2003, da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Dessa forma, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2002 foi publicado com as devidas retificações, ou seja, não foram considerados como deduções as referidas transferências ao Distrito Federal.
- contribuições sociais para a seguridade social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- contribuições sociais para a seguridade social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social;
- arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. A segregação da Contribuição arrecada para o PIS/PASEP em PIS e PASEP é feita pelo código do tributo, que não é possível em relação à previsão da receita. Os valores dos códigos que não segregam tais contribuições estão sendo informados como PIS. A Secretaria do Tesouro Nacional solicitará à Secretaria da Receita Federal a identificação específica dos códigos de tais contribuições;
- a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social. A segregação da Contribuição para Plano da Seguridade Social do Servidor Público em Servidor e Patronal é feita pelo código do tributo, que também não é possível em relação a previsão da receita;
- as receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência social, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem. No entanto, na União, tais receitas ainda não estão identificadas orçamentariamente pela Secretaria de Orçamento Federal.

No cálculo da RCL serão computados os valores pagos e recebidos em decorrência de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira, pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13/9/1996, que dispõe sobre ICMS.

Não estão sendo deduzidas as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/96 e parte da complementação da União para o FUNDEF, cujas receitas originárias tenham sido provenientes de operações de crédito, que não tramitam, portanto, nas receitas correntes da União.

A receita corrente líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2002 foi de R\$ 201.927.320 mil. O levantamento mensal revela a existência de variações significativas em alguns meses em função de sazonalidades características de fontes de receitas específicas, o que pode ser conferido no gráfico a seguir:

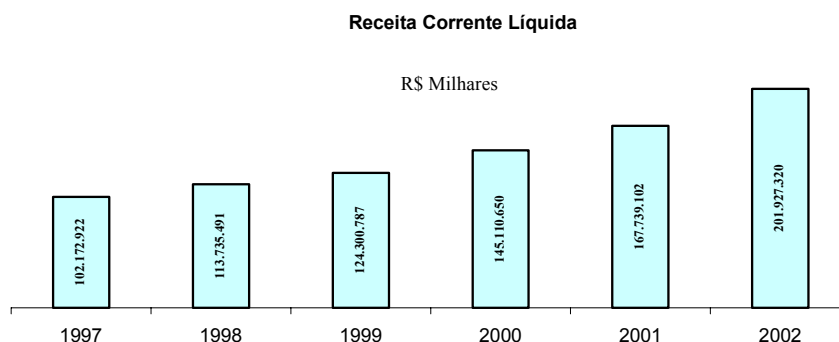


Depreende-se da análise do gráfico acima que a maior concentração de realização das receitas ocorre nos meses de janeiro, julho, setembro e dezembro. Nesses, a receita tributária contribuiu para o aumento da arrecadação, com participação de 31,5% e a receita de contribuições, 56,4%.

Os impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza representam a maior fonte de arrecadação das receitas tributárias, com um montante de R\$ 75,6 bilhões, 70%. Quanto às receitas de contribuições, 35,7% provém de contribuição para previdência do empregado e trabalhador, R\$ 68,8 bilhões; e 26,3% de contribuições para financiamento da seguridade social, R\$ 50,9 bilhões.

Observa-se, também, um crescimento significativo das deduções no mês de dezembro, 62,4% em relação ao mês de janeiro, decorrente, principalmente, do aumento da arrecadação de contribuições para previdência do empregado e trabalhador, que, acrescidas de multas, juros, restituições e dívida ativa, representam 50% das deduções, R\$ 70,5 bilhões. As transferências constitucionais e legais representam 37,1% das deduções, R\$ 52,3 bilhões.

Desde a publicação do primeiro Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, verifica-se um crescimento considerável de arrecadação, conforme é apresentado no gráfico abaixo:



9.2 - Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo – Demonstrativos Consolidados da União

A Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos Poderes e órgãos.

O Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo abrange administração direta, autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista beneficiários de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, para manutenção de suas atividades, excetuadas aquelas empresas que recebem recursos exclusivamente para aumento de capital oriundos de investimentos do respectivo ente. Todos os órgãos e entidades, mesmo que sejam mantidos com recursos próprios, parcial ou totalmente, são abrangidos.

O relatório é emitido pelos titulares do Poder e assinado pelo Chefe do Poder Executivo. O relatório também é assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, Secretário do Tesouro Nacional e Secretário Federal de Controle Interno, respectivamente.

O Relatório de Gestão Fiscal, conforme determina a supracitada Lei, contém demonstrativos com informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contragarantias, bem como operações de crédito, e acrescido, no último quadrimestre, de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro, das inscrições em Restos a Pagar e da despesa com serviços de terceiros.

Conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório foi publicado por meio da Exposição de Motivos nº 28/Interministerial MG-CGU-PR, de 29/1/2003 aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e disponibilizado ao acesso público, em 30 de janeiro de 2003, na página <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

O Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo contém os demonstrativos consolidados da União a seguir, elaborados de acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal:

9.2.1 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado pelo Poder Executivo e abrange todos os Poderes da União.

O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação, e verificar os limites de endividamento de que trata a lei e outras informações relevantes.

Na União, as informações divulgadas pelo demonstrativo abaixo foram elaboradas pelo Banco Central do Brasil.

UNião - PODER EXECUTIVO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002					R\$ Milhões
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	997.703	1.021.503	1.110.498	1.183.356	
Dívida Mobiliária	927.700	954.123	1.030.041	1.094.063	
Dívida Contratual	43.632	41.186	54.910	63.610	
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	-	-	-	-	
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-	-	-	
Outras Dívidas	26.371	26.194	25.548	25.683	
DEDUÇÕES (II)	(452.486)	(479.714)	(530.756)	(549.497)	
Ativo Disponível	(84.853)	(109.755)	(124.069)	(89.870)	
Haveres Financeiros	(367.633)	(369.959)	(406.687)	(459.627)	
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-	
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	-	-	
Insuficiência Financeira	-	-	-	-	
Outras Obrigações	-	-	-	-	
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	545.217	541.789	579.742	633.860	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	167.739	180.332	189.628	201.927	
% da DC sobre a RCL	594,79%	566,46%	585,62%	586,03%	
% da DCL sobre a RCL	325,04%	300,44%	305,73%	313,91%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <=>	-	-	-	-	

FONTE: Banco Central do Brasil

Nota: Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM
Secretário do Tesouro Nacional Substituto

JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO
Secretário Federal de Controle Interno

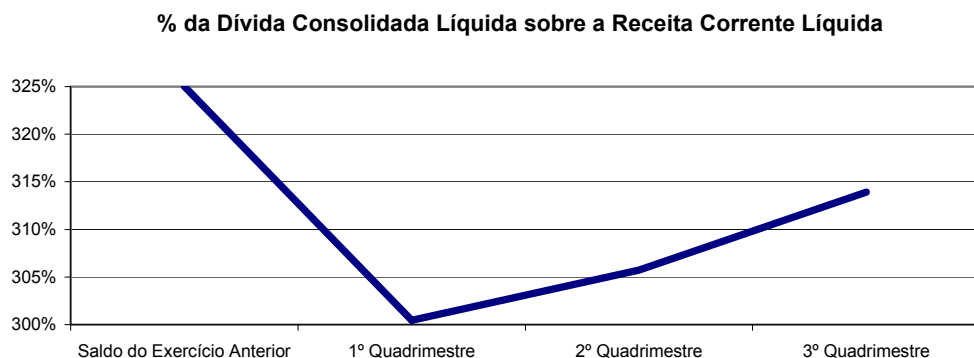
A Dívida Consolidada – DC ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

Para fins de limite, também integram a dívida consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento e os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que tiverem sido incluídos.

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF, ainda não regulamentados pelo Senado Federal.

A Dívida Mobiliária representa 92,5% da Dívida Consolidada – DC, que, em relação ao exercício de 2001, aumentou 18,6% e a Dívida Consolidada Líquida - DCL, 16,3%.

O percentual da DCL sobre a RCL apresenta decréscimo de 2001 para 2002, mas tendência crescente ao longo do exercício, conforme demonstra o gráfico abaixo:



9.2.2 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado pelo Poder Executivo, abrange informações da União, detalhadas por beneficiários.

O Poder Executivo da União publicou o seguinte demonstrativo:

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III		R\$ Milhares			
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2002			
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre	
AVAIS (I) ¹	0	0	0	0	0
FIANÇAS (II)	107.945.323	117.484.404	150.968.356	158.180.412	
Operações de Crédito Externas	76.877.858	70.797.492	103.452.567	110.706.240	
Estados, Municípios e Entidades Controladas - BID/BIRD ¹	14.518.450	13.329.623	20.601.022	21.759.450	
Estatais Federais - BID/BIRD ¹	9.523.076	9.258.288	12.543.289	14.894.750	
Empresas Privatizadas - BID/BIRD ^{1 e 6}	218.673	194.983	268.073	264.578	
Estados, Municípios e Entidades Controladas - Outros Bancos ¹	2.016.185	1.785.885	3.050.795	3.824.045	
Estatais Federais - Outros Bancos ¹	2.443.804	2.127.921	3.332.109	3.136.970	
Empresas Privatizadas - Outros Bancos ^{1 e 6}	933.085	837.538	1.149.408	1.012.058	
MYDFA - BACEN ³	1.977.760	1.657.498	2.479.837	2.416.338	
Itaipu Binacional ^{2 e 3}	45.246.825	41.605.756	60.028.034	63.398.051	
Operações de Crédito Internas	31.067.465	46.686.912	47.515.789	47.474.172	
Outras Empresas Estatais ³	26.083.462	41.706.605	40.938.151	39.998.487	
Fundos, Programas e Operações Especiais	4.984.003	4.980.307	6.577.638	7.475.685	
Operações Performance e Refundment - BOND ¹	1.698.087	1.559.820	2.357.515	2.526.676	
Fundo de Garantia à Exportação - FGE ⁵	947.908	1.030.508	1.471.187	1.719.930	
Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB ⁴	173.839	159.684	195.543	249.997	
Seguro de Crédito Exportação - SCE/IRB - Acúmulo de Responsabilidade ⁴	1.760	1.617	1.402	0	
Seguro de Crédito Exportação - SCE/IRB - Sinistros em Aberto ⁴	800.599	735.410	900.551	1.130.822	
Programa Fortalecimento Da Agricultura Familiar - PRONAF/BB ⁴	235.860	239.496	249.913	253.011	
Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF/BNB ⁴	39.594	41.546	42.553	43.739	
Programa de Recuperação da Lavoura Cacauíra ⁴	153.885	178.499	181.423	173.942	
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO ⁴	48.164	26.821	17.231	30.606	
Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC ⁵	884.307	1.006.906	1.160.320	1.346.962	
TOTAL DAS GARANTIAS (I + II)	107.945.323	117.484.404	150.968.356	158.180.412	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	167.739.102	180.331.892	189.627.941	201.927.320	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	64,35%	65,15%	79,61%	78,34%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL⁷	-	-	-	-	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2002		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
AVAIS (I)	0	0	0	0
FIANÇAS (II)	68.145.225	62.470.289	92.452.146	97.611.269
Operações de Crédito Externas	66.447.138	60.910.469	90.094.631	95.084.593
Estados, Municípios e Entidades Controladas - BID/BIRD ¹	14.435.728	13.258.060	20.508.413	21.674.540
Estatais Federais - BID/BIRD ¹	2.444.628	2.265.585	3.241.227	2.522.903
Empresas Privatizadas - BID/BIRD ^{1 e 6}	218.673	194.983	268.073	381.451
Estados, Municípios e Entidades Controladas - Outros Bancos ¹	1.803.363	1.549.303	2.513.192	3.824.045
Estatais Federais - Outros Bancos ¹	2.057.108	1.842.969	2.979.514	2.813.662
Empresas Privatizadas - Outros Bancos ^{1 e 6}	933.085	837.538	1.149.408	1.012.058
Itaipu Binacional ^{2 e 3}	44.554.553	40.962.031	59.434.804	62.855.934
Operações de Crédito Internas	1.698.087	1.559.820	2.357.515	2.526.676
Fundos, Programas e Operações Especiais	1.698.087	1.559.820	2.357.515	2.526.676
Operações Performance e Refundment - BOND ¹	1.698.087	1.559.820	2.357.515	2.526.676
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I + II)	68.145.225	62.470.289	92.452.146	97.611.269

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC

¹ Valores informados pelos credores - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

² Garantia prevista em contrato, amparada por acordo bilateral, ainda não formalizada.

³ Valores informados pelos mutuários - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

⁴ Dados informados pelos gestores dos Fundos, Programas e Operações Especiais - registrados e acompanhados pelo Tesouro Nacional.

⁵ Valores integrados no SIAFI pelos gestores do FGPC e do FGE.

⁶ Empresas privatizadas/BID/BIRD/Outros Bancos - Fianças concedidas antes da privatização, mediante contrato ou carta de fiança.

⁷ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de concessão de garantia pela União para regulamentação pelo Senado Federal.

ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM
Secretário do Tesouro Nacional Substituto

JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO
Secretário Federal de Controle Interno

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das garantias oferecidas por ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contragarantias correspondentes.

A concessão de garantia compreende o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observado o disposto na LRF acerca das Operações de Crédito. No caso da União deverão ser observados, também, os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal, o que ainda não ocorreu, embora referida proposta esteja tramitando naquela casa.

A garantia é condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear, relativamente às suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas.

Na metodologia de elaboração dos demonstrativos constam as seguintes notas explicativas:

- Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para moeda nacional nas datas das informações dos saldos.
- Garantias Concedidas – Considera-se concessão de garantia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a e ele vinculada.
- As garantias concedidas pela União são classificadas como fiança e encontram-se agrupadas por tipo de operação:
 - a) Operações de Crédito Externas – Considera-se Operações de Crédito Externas o valor total da arrecadação da receita decorrente da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a organizações estatais ou particulares, sediadas no exterior.
 - b) Operações de Crédito Internas – Considera-se Operações de Crédito Internas o valor apurado da arrecadação da receita decorrente da colocação no mercado interno de títulos públicos, ou de empréstimos obtidos junto às organizações estatais ou particulares;

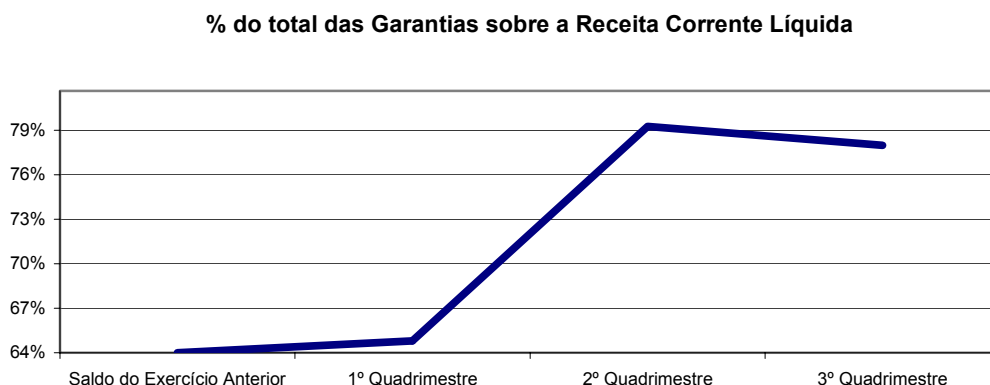
FGE, EURE/IRB, PRONAF/BNB, LAVOURA CACAUEIRA, PROAGRO, SCE/IRB, FGPC, PERFORMANCE E REFUNDMENT/BOND - Considera-se, para fins deste demonstrativo, as operações realizadas no âmbito de Fundos, Programas e Operações Especiais obtidos junto às instituições e agentes financeiros federais. Valores

registrados e acompanhados pela STN, exceto FGE e FGPC cujos saldos são registrados pelos gestores desses fundos.

- O saldo das garantias no 3º quadrimestre de 2002 apresentou crescimento no valor de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões, o que representa uma variação de 4,8% em relação ao quadrimestre anterior. Essa variação é decorrente principalmente dos seguintes fatores:
 - a) ITAIPÚ BINACIONAL – crescimento no valor de R\$ 3,37 bilhões em relação ao segundo quadrimestre em virtude da variação cambial e da diferença entre o montante desembolsado e amortizado no período.
 - b) Operação de Crédito Externo BID/BIRD e Outros Bancos – crescimento no valor de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, em função da variação cambial e da diferença entre o montante desembolsado e o amortizado no período.
 - c) Fundos Programas e Operações Especiais – crescimento no valor de aproximadamente R\$ 896,9 milhões, em função principalmente da variação cambial e do crescimento do saldo das operações do FGE (aproximadamente R\$ 248,7 milhões).
- As diferenças entre os valores de garantia e contragarantia em operações de crédito são decorrentes de dispensa de contragarantia.
- ITAIPU BINACIONAL – A contragarantia está vinculada à formalização do contrato de garantia.
- FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS – As contragarantias são vinculadas e controladas pelo agente financeiro. Encontram-se disponibilizado apenas os dados relativos à contragarantia da operação de Performance e Refundment – BOND; os demais dados não estão disponíveis.

As garantias concedidas pela União sobre operações de crédito externas representam, no terceiro quadrimestre, 70% do total das garantias concedidas, o que representa incremento de 46,5%.

O percentual do total das Garantias em relação à Receita Corrente Líquida apresenta tendência crescente ao longo do período, com ligeiro decréscimo no último período, conforme demonstra o gráfico abaixo:



9.2.3 – Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Crédito, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado e divulgado pelo Poder Executivo e abrange as Operações de Crédito internas e externas da União.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

RECEITAS DE CAPITAL		R\$ Milhares
		RECEITAS REALIZADAS
		Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		285.579.835
Externas		16.334.327
Internas		269.245.508
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)		0
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)		285.579.835
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		201.927.320
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre a RCL		141,43%
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS¹		-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA¹		-

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de operações de crédito da União para regulamentação pelo Senado Federal

ALMÉRIO CANÇADO DE AMORIM
Secretário do Tesouro Nacional Substituto

JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO
Secretário Federal de Controle Interno

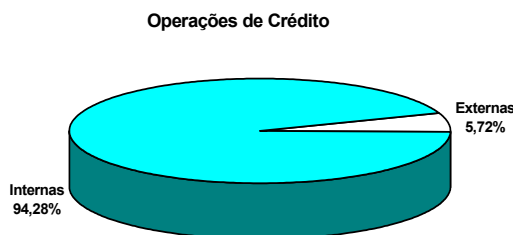
Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas por ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF.

Operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências da LRF.

A Operação de Crédito por Antecipação de Receita – ARO destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, o que não ocorreu na União.

O montante das operações de crédito é formado predominantemente por operações internas, conforme verifica-se no gráfico abaixo:



9.3 - Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União

De acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, cabe ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo da União a competência para a elaboração e divulgação, no último quadrimestre, dos demonstrativos consolidados do Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todos os Poderes e órgãos da União.

A divulgação dos demonstrativos consolidados deverá ocorrer até 30 dias após a divulgação do último quadrimestre do Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos.

Os Demonstrativos abaixo, não fazem parte do referido relatório por já serem consolidados e publicados pelo Poder Executivo:

- a) Demonstrativo da Dívida Consolidada;
- b) Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores; e
- c) Demonstrativo das Operações de Crédito.

O relatório foi publicado por meio da Portaria nº 64, de 19/2/ 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional e disponibilizado ao acesso público, em 20/2/2003, na página <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

Foram elaborados a partir de informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e publicados de forma consolidada pelo Órgão Central de Contabilidade da União - STN, de acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal:

- a) Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- b) Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;
- c) Demonstrativo dos Restos a Pagar;
- d) Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros; e
- e) Demonstrativo dos Limites.

9.3.1 – Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União.

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da despesa com pessoal da União e verificar os limites de que trata a LRF.

Na elaboração dos valores de Pessoal são computados os da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas estatais dependentes. Estas correspondem às empresas controladas que recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares
	DESPESA LIQUIDADADA Jan/2002 a Dez/2002
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	64.284.157
Pessoal Ativo	44.516.047
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.417.373
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	10.649.263
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	101.377
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	3.294.234
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	3.984.352
(-) Inativos com Recursos Vinculados	3.269.300
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	95.618
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	64.379.775
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	201.927.320
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	31,88%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 50%	100.963.660
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 47,5%	95.915.477
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)	-
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - 31,88%	-
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 37,65%¹	76.025.636

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINC

¹ O percentual de 37,65%, referente ao limite permitido, foi calculado sobre o percentual do total da despesa líquida com pessoal de 2001 (34,23%), com o acréscimo de 10% permitido na lei.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

As informações de pessoal foram consideradas pelo valor bruto de Ativos, Inativos e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização. Consideram-se Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização, classificáveis no grupo de despesa “1 – Pessoal e Encargos Sociais”, as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Do valor total da despesa com pessoal da União, R\$ 22,8 bilhões, 30,4% constitui-se de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; R\$ 20 bilhões, 26,7% de Aposentadorias e Reformas; e R\$ 10,3 bilhões, 13,8% de Pensões.

No demonstrativo em referência foram deduzidas (não computadas) as seguintes Despesas de Pessoal:

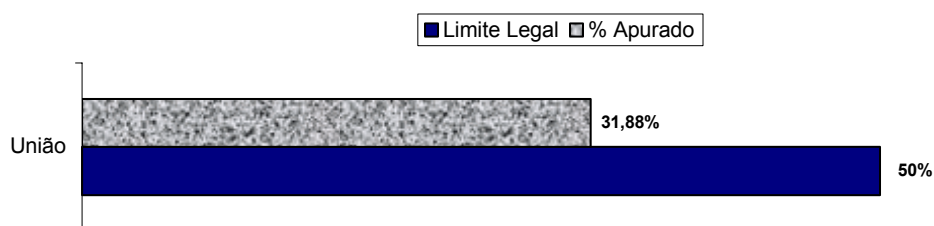
- a) com Indenizações por Demissão;
- b) com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária;
- c) decorrente de decisão judicial; e
- d) com inativos, considerando-se, também, pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Considerou-se, também, como dedução, a despesa com pessoal de exercícios anteriores.

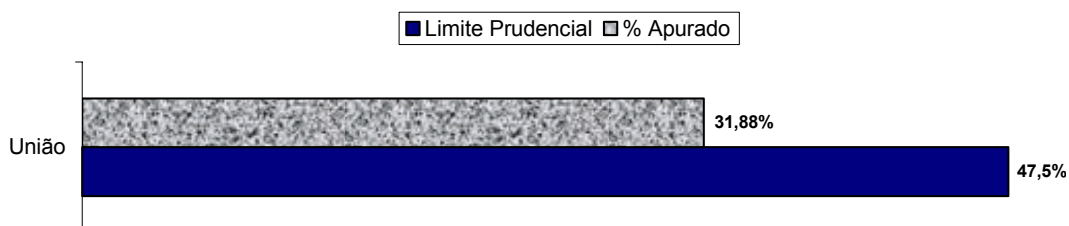
Apesar de a Portaria nº 516 ter introduzido no Demonstrativo da Despesa com Pessoal a fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual, prevista no inciso X, art. 37 da Constituição Federal, o órgão responsável pela informação, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão não encaminhou as informações solicitadas pelo Tesouro Nacional por meio do Ofício nº 7076/2002 – STN/CCONT/GEINC de 30/12/2002.

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, em cada período de apuração do exercício de 2002, esteve nos limites percentuais da receita corrente líquida previstos na lei.

O limite legal da União definido no inciso I, art. 19 da LRF estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 50%, sendo que, em 2002, a despesa da União está dentro do limite legal, conforme demonstra o gráfico abaixo:

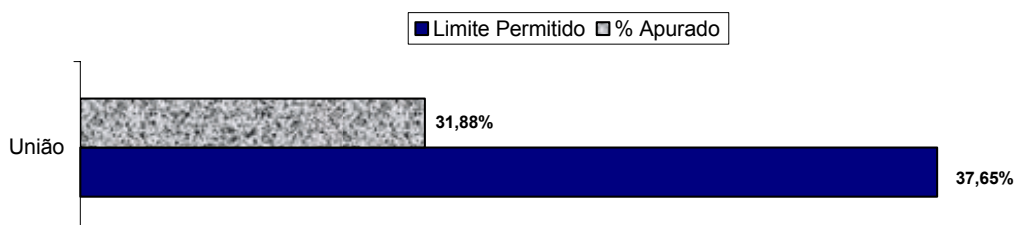


O limite prudencial definido no parágrafo único, art. 22 da LRF corresponde a 95% do limite legal, sendo que, na União, a despesa com pessoal de 2002 está dentro desse limite, conforme demonstra o gráfico abaixo:



O limite permitido definido no art. 71 da LRF estabelece que, ressalvada a remuneração dos servidores públicos e os subsídios fixados ou alterados por lei específica e assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, até o término do exercício financeiro de 2003, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10%, se esta for inferior ao limite legal.

Em 2002, a despesa com pessoal da União está dentro do limite permitido, conforme demonstra o gráfico abaixo:



9.3.2 – Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa integra o Relatório de Gestão Fiscal no último quadrimestre e foi publicado, conforme abaixo:

<p style="text-align: center;">UNIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002</p>			
LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V		R\$ Milhares	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	94.582.393	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	9.349.505
Disponibilidade Financeira	94.582.393	Depósitos	3.632.334
Caixa	5.562	Restos a Pagar Processados	4.804.077
Bancos	94.576.831	Do Exercício	3.524.254
Conta Movimento	57.720.962	De Exercícios Anteriores	1.279.823
Contas Vinculadas	20.373.651	Outras Obrigações Financeiras	913.094
Aplicações Financeiras	16.482.218	Diversas Obrigações	913.094
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
SUBTOTAL	94.582.393	SUBTOTAL	9.349.505
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	85.232.888
TOTAL	94.582.393	TOTAL	94.582.393
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			14.155.020
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			71.077.868

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	4.445.664	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	2.757.802
Regime Previdenciário	4.445.664	Regime Previdenciário	2.757.802
Bancos	4.445.664	Depósitos	1.040.816
Conta Movimento	410	Restos a Pagar Processados	1.704.252
Contas Vinculadas	4.445.254	Do Exercício	1.473.994
		De Exercícios Anteriores	230.258
		Outras Obrigações Financeiras	12.734
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	1.687.862
TOTAL	4.445.664	TOTAL	4.445.664
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			362.238

DÉFICIT	-	SUPERÁVIT	72.403.492
----------------	---	------------------	------------

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC
Nota: As disponibilidades e as obrigações da Previdência do Servidor Público constam na primeira parte da tabela. O total dos Restos a Pagar Processados é de R\$ 6.508.329 mil. Foram excluídas as duplicidades, relativas aos créditos e obrigações entre os P

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

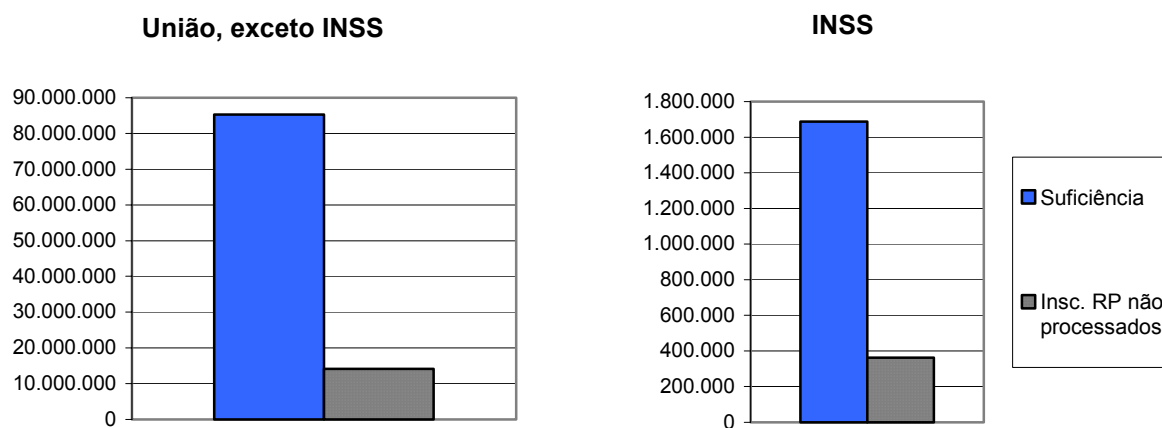
Este demonstrativo visa assegurar a transparência da disponibilidade financeira e verificar a parcela comprometida (limite de que trata a LRF) para inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

As disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central.

De acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, que aprova a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, na elaboração deste demonstrativo, segregou-se as disponibilidades e obrigações financeiras do Regime Previdenciário, ou seja, as relativas ao Instituto Nacional do Seguro Nacional que são apresentadas destacadamente, uma vez que referidos valores são vinculados às respectivas despesas, conforme dispositivo da Lei Complementar.

Das disponibilidades financeiras constata-se que 58,3% são relativos aos Bancos conta Movimento. Das obrigações financeiras os Restos a Pagar Processados respondem por 53,8% do total.

Em 31 de dezembro de 2002, havia suficiência financeira para inscrição em restos a pagar não processados, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:



9.3.3 – Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar

Demonstrativo dos Restos a Pagar integra o Relatório de Gestão Fiscal no último quadrimestre e foi publicado, conforme abaixo:

UNIAO						
RELATORIO DE GESTAO FISCAL						
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002						
LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI						
R\$ Milhares						
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos		Do Exercício	Do Exercício		
	Processados					
	Exercícios Anteriores	Do Exercício				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	124.554	1.756.704	10.715.014	10.715.014	1.090.201	
Câmara dos Deputados	102	1.193	53.714	53.714	1	
Senado Federal	0	2.158	37.935	37.935	654	
Tribunal de Contas da União	42	96	58.052	58.052	0	
Supremo Tribunal Federal	4	733	11.125	11.125	0	
Superior Tribunal de Justiça	30	1	14.723	14.723	0	
Justiça Federal	7.417	7.016	235.250	235.250	153	
Justiça Militar	37	125	1.648	1.648	0	
Justiça Eleitoral	3.266	10.470	98.013	98.013	0	
Justiça do Trabalho	626	29.863	145.837	145.837	20	
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	783	2.626	8.617	8.617	0	
Presidência Da Republica	0	6.808	763.634	763.634	5.224	
Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão	0	39.631	40.315	40.315	2	
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	14	12.898	152.495	152.495	598	
Ministério da Ciência e Tecnologia	0	8.188	9.468	9.468	34	
Ministério da Fazenda	47	60.766	5.277.459	5.277.459	1.007.207	
Ministério da Educação	38.976	32.006	350.395	350.395	16	
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comercio	0	173	31.608	31.608	0	
Ministério da Justiça	2.040	25.048	329.354	329.354	17.099	
Ministério de Minas e Energia	0	2.780	85.628	85.628	12.625	
Ministério da Previdência e Assist. Social	0	3.332	288.788	288.788	1.643	
Ministério Publico da União	58	744	26.576	26.576	0	
Ministério das Relações Exteriores	0	2.362	6.569	6.569	0	
Ministério da Saúde	71.045	404.086	990.410	990.410	2.066	
Ministério do Trabalho e Emprego	0	6.589	345.771	345.771	417	
Ministério dos Transportes	0	270	40.080	40.080	7.158	
Ministério das Comunicações	0	8	24.994	24.994	0	
Ministério da Cultura	0	203	28.311	28.311	10.368	
Ministério do Meio Ambiente	0	2	96.152	96.152	3.676	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	6.192	261.433	261.433	383	
Ministério do Esporte e Turismo	0	631	206.119	206.119	15.371	
Ministério da Defesa	25	1.045.376	385.556	385.556	4.616	
Ministério da Integração Nacional	42	44.330	308.985	308.985	870	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.385.527	3.241.544	3.802.244	3.802.244	83.486	
Presidência Da Republica	0	1.101	1.022	1.022	0	
Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão	259	8.268	16.627	16.627	38	
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	0	28.978	963	963	0	
Ministério da Ciência e Tecnologia	4.899	78.352	62.687	62.687	113	
Ministério da Fazenda	0	149.003	55.286	55.286	0	
Ministério da Educação	363.703	783.853	412.958	412.958	12.886	
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comercio	0	28.253	17.898	17.898	128	
Ministério da Justiça	73	5.384	4.647	4.647	75	
Ministério de Minas e Energia	76	9.735	45.417	45.417	5.572	
Ministério da Previdência e Assist. Social	230.258	1.473.994	362.238	362.238	374	
Ministério das Relações Exteriores	0	7	59	59	0	
Ministério da Saúde	599.895	107.645	961.028	961.028	3.292	
Ministério do Trabalho e Emprego	235	1.477	204	204	0	
Ministério dos Transportes	118	427.138	1.497.092	1.497.092	40.827	
Ministério das Comunicações	2	617	29.847	29.847	0	
Ministério da Cultura	1.450	3.601	1.438	1.438	12	
Ministério do Meio Ambiente	2.083	30.479	66.925	66.925	514	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	118.981	20.856	78.653	78.653	6.159	
Ministério do Esporte e Turismo	534	222	65.499	65.499	2.006	
Ministério da Defesa	0	6	0	0	0	
Ministério da Integração Nacional	62.961	82.575	121.756	121.756	11.490	
TOTAL	1.510.081	4.998.248	14.517.258	14.517.258	1.173.687	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
Recursos Ordinários	1.445.640	2.011.367	3.299.948	3.299.948	82.995
Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	0	0	770.193	770.193	0
Imposto Territorial Rural	0	0	9.929	9.929	0
Receita de Contribuição para o Plano Segurida Social Serv.Condicionados	0	0	0	0	0
Contribuição sobre Derivado Petróleo, Comb. Com. - CIDE	0	322.832	1.963.573	1.963.573	0
Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	217	58.309	249.881	249.881	6.887
Contribuição do Salário-Educação	0	395.625	8.429	8.429	2.893
Crédito Educativo	0	29.941	10.416	10.416	0
Contribuição para os Programas Especiais - PIN-PROTERRA	185	1.370	0	0	3.672
Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	0	0	0	0	0
Imposto sobre Operações Financeiras-Ouro	0	0	123	123	0
Contribuição s/Arrec. Fundos Inv. Reg. e S/ Prem. Concursos de Prognósticos	0	91	4.620	4.620	6.713
Renda Líquida da Loteria Federal Instantânea	0	0	0	0	0
Renda Líquida de Concursos de Prognósticos	0	0	0	0	0
Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos - FUNPEN	0	27	16.483	16.483	0
Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	0	253	14.234	14.234	1.513
Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários	0	665	407	407	0
Custas Judiciais - FUNPEN	0	0	8.916	8.916	0
Taxa Fiscalização Mercados Seguro,de Capitalização Previdência Privada Aberta	0	75	155	155	0
Recursos de Concessões e Permissões	0	3.090	4.880	4.880	2.517
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	0	0	307	307	0
Selos de Controle, Lojas Francas - FUNDAF	0	21	274	274	20
Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF/SF	0	0	0	0	230
Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	0	0	455	455	0
Cota-Parte Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	0	369	36.537	36.537	3
Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas	0	0	0	0	0
Cota-Parte dos Preços de Realização dos Combustíveis Automotivos	0	1.287	396	396	1.681
Cota-Parte de Compensações Financeiras	37	29.294	105.821	105.821	12.488
Alienação Bens Apreendidos-FUNDAF/LBA-PRONAVE	0	370	18.745	18.745	0
Contribuições para os Programas PIS/PASEP	0	0	71.771	71.771	0
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	0	0	68.185	68.185	0
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	0	0	746.872	746.872	0
Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza-Financ.	0	5.637	192.801	192.801	0
Operações de Crédito Internas - em Moeda	0	6.493	253	253	0
Operações de Crédito Internas - Bens/Serviços	0	0	7.000	7.000	0
Operações de Crédito Externas - Em Moeda	31.998	139.500	884.038	884.038	413.020
Operações de Crédito Externas - Bens/Serviços	0	218.853	70.753	70.753	6.220
Recursos Nao-Financeiros Diretamente Arrecadados	2.236	631.770	951.049	951.049	17.905
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	2.513	145.146	439.893	439.893	1.662
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	24.508	174.727	631.812	631.812	3.410
Contribuição dos Empregados e dos Trabalhadores para a Seguridade Social	0	76	57	57	15
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	52	11.267	351.710	351.710	695
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1	1	4.163	4.163	247
Receitas de Honorários de Advogados - FUNDAF	0	1.410	2.867	2.867	21
Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF-MF	0	2.314	15.503	15.503	0
Rec.Oper.OfCred.-Retorno Refinanciamento Dividas de Médio e Longo Prazos	0	0	107.913	107.913	28.745
Recursos das Operações Oficiais de Crédito	0	0	200.646	200.646	0
Reforma Patrimonial - Alienação de Bens	0	0	11.802	11.802	80
Títulos da Dívida Agrária	0	0	0	0	0
Outros Recursos Vinculados	0	24.014	11.978	11.978	752
Notas do Tesouro Nacional - Serie "P"- Moeda Corrente	0	0	0	0	0
Cota-Parte da Contribuição Sindical	0	655	1.272	1.272	233
Rec. das Oper.Oficiais de Crédito-Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	0	0	0	0	0
Rec. das Oper. Of. de Crédito-Retorno de Operações de Crédito - Estados Municípios	0	48.683	380.386	380.386	574.228
Desvinculações de Impostos e Contribuições	0	0	0	0	0
Fonte a Classificar	0	0	0	0	0
Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza	0	503.512	869.818	869.818	227
Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	2.591	204.162	594.551	594.551	955
Recursos de Convênios	0	4.062	11.460	11.460	1.038
Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - FGTS	0	0	199.436	199.436	0
Desvinculação Parcial de Receitas da Cota-Parte Compensação Financeira	3	17.751	35.167	35.167	704
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0	0	0	0	0
Rec.Oper.Oficiais Cred.- Retorno Refinanciamento de Dividas do Clube de Paris	0	0	0	0	0
Recursos Diversos	0	0	0	0	0
Saldos Exercícios Anteriores - Recursos do Tesouro	76	5	0	0	1.170
Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário Educação	0	0	3	3	0
Doações de Entidades Internacionais	0	3.224	13.295	13.295	748
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	0	0	0	0	0
Recursos do Fundo de Amortização da Dívida	0	0	0	0	0
Desvinculação de Recursos MP Nº 59/200	0	0	1.116.082	1.116.082	0
Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal	24	0	0	0	0
TOTAL	1.510.081	4.998.248	14.517.258	14.517.258	1.173.687

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: A Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados é a efetivamente utilizada para inscrição de restos a pagar não processados. O total dos Restos a Pagar Processados é de R\$ 6.508.329 mil.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente destinados ou vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

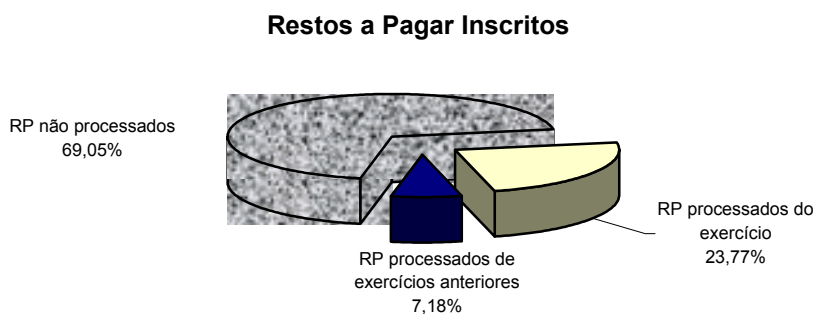
Na determinação da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

O demonstrativo evidenciou a inscrição em Restos a Pagar das despesas:

- liquidadas, R\$ 6,5 bilhões, sendo 76,8% referente ao exercício e o restante de exercícios anteriores. Os Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Defesa foram os órgãos que apresentaram maior inscrição de restos a pagar processados, 26,2% e 16,1%, respectivamente. A inscrição ocorreu, predominantemente, com a destinação de recursos ordinários, 53,1%;
- empenhadas e não liquidadas, R\$ 14,5 bilhões. Os Ministério da Fazenda e dos Transportes foram os órgãos que apresentaram maior inscrição de restos a pagar não processados, 36,7% e 10,6%, respectivamente. A inscrição ocorreu, predominantemente, com a destinação de recursos ordinários, 22,7% e de contribuição sobre derivado do petróleo, comb. com . – CIDE, 13,5%. O total da inscrição de restos a pagar não processados está dentro do limite de suficiência apurada no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa; e
- não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados, R\$ 1,17 bilhões. O Ministério da Fazenda foi o órgão que apresentou maior cancelamento de empenhos por falta de disponibilidade de caixa, 85,8%. O cancelamento ocorreu, predominantemente, na destinação de recursos de operações de crédito externas em moeda, 35,2% e de recursos das operações oficiais de crédito - retorno de operações de crédito - Estados Municípios, 48,9%.

No demonstrativo, demonstrou-se a suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados efetivamente utilizada na inscrição de restos a pagar não processados, R\$ 14,5 bilhões. Esse valor corresponde a 16,7% do total da suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados apurada no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.

O valor total dos restos a pagar, em 31 de dezembro de 2002, foi de R\$ 21 bilhões, constituído conforme gráfico abaixo:



9.3.4 – Demonstrativo Consolidado da Despesa com Serviços de Terceiros

O Demonstrativo Consolidado da Despesa com Serviços de Terceiros compõe o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado, em conformidade com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, para observar os limites fixados para essas despesas e é publicado somente no último quadrimestre.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2002

LRF, art. 72 - Anexo VII		R\$ Milhares	
ESPECIFICAÇÃO	Exercícios		
	2002	1999	
DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	16.715.691	13.200.970	
Serviços de Consultorias	131.104	44.558	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	741.333	737.641	
Locação de Mão-de-Obra	885.726	757.034	
Arrendamento Mercantil	62	6.502	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.957.466	11.655.235	
TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	16.715.691	13.200.970	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	201.927.320	124.300.787	
% do TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS sobre a RCL	8,28%	10,62%	Limite

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

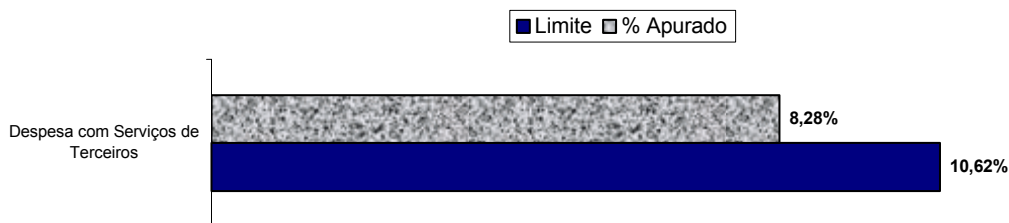
JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da despesa com serviços de terceiros e verificar os limites de que trata a LRF.

A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos, até o término do exercício de 2002, não poderá exceder o percentual da receita corrente líquida apurada com base no exercício de 1999.

O demonstrativo evidencia as naturezas de gastos com respectivas participações:

- Serviços de Consultorias, 0,8%;
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, 4,4%;
- Locação de Mão-de-Obra, 5,3%;
- Arrendamento Mercantil, 0%;
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, 89,5%.



Embora tenha havido crescimento de 26,6% dessas despesas no período considerado, a Receita Corrente Líquida cresceu, no mesmo período, 62,5%, o que permitiu que o limite autorizado não fosse superado.

9.3.5 – Demonstrativo Consolidado dos Limites

A União publicou, como parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com a Portaria nº 516, de 14/10/2002, o Demonstrativo dos Limites, com o resumo das informações constantes dos demonstrativos, possibilitando o acompanhamento e a verificação dos mesmos, conforme abaixo:

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2002

LRF, art. 54 - Anexo VIII		R\$ Milhares	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
UNIÃO			
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses		64.379.775	31,88%
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		100.963.660	50,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)		95.915.477	47,50%
Limite Permitido (art. 71 da LRF)		76.025.636	37,65%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		14.517.258	14.517.258
SERVIÇOS DE TERCEIROS		VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Serviços de Terceiros		16.715.691	8,28%
Limite, Calculado com Base no Exercício de 1999, do Total da Despesa com Serviços de Terceiros (art. 72 da LRF)		21.445.049	10,62%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ A Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados é a efetivamente utilizada para inscrição de restos a pagar não processados.

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

9.3.6 – Detalhamento do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Para melhor transparência das informações relativas ao endividamento da União, acompanhou o Relatório de Gestão Fiscal Consolidada da União, o detalhamento do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, embora não previsto na Portaria nº 516, de 14 de outubro de 2002, da STN.

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2002		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	998.231.341	1.021.641.699	1.110.575.048	1.183.356.902
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional	801.502.155	846.872.705	955.421.579	1.026.938.069
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)*	477.865.958	502.704.857	524.652.569	532.893.304
(-) Aplicações em Títulos Públicos¹	(10.635.525)	(13.556.339)	(14.307.395)	(11.271.156)
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BC)	189.441.939	200.446.839	249.860.508	282.730.065
Dívida Securitizada	20.058.499	22.856.469	23.549.374	23.179.765
Dívida Mobiliária Externa	124.771.284	134.420.879	171.666.523	199.406.093
Títulos do Banco Central (em mercado)	126.197.605	107.250.750	74.619.113	67.125.090
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)*	24.878.511	24.907.883	24.618.354	24.649.476
Dívida Externa (Contratual)	43.631.676	41.185.686	54.909.720	63.609.728
Precatórios a Pagar (LRF, art. 30, § 7º)²	528.652	138.265	76.803	702
Outras*	1.492.742	1.286.410	929.479	1.033.837
ATIVO FINANCEIRO (AF)	(452.485.558)	(479.714.118)	(530.756.277)	(549.496.664)
Disponibilidade	(84.852.929)	(109.754.649)	(124.069.219)	(89.869.783)
Depósitos do TN no BCB	(82.205.875)	(100.737.897)	(119.664.696)	(88.526.786)
Depósitos à vista	(1.879.964)	(2.039.518)	(544.318)	(566.968)
Arrecadação a Recolher*	(767.091)	(6.977.234)	(3.860.205)	(776.029)
Aplicações Financeiras	(88.098.468)	(92.375.582)	(104.252.005)	(118.123.161)
Disponibilidades do FAT no BNDES e Sistema Bancário	(52.510.943)	(53.818.504)	(59.163.050)	(67.133.464)
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	(30.330.473)	(33.107.603)	(39.314.614)	(44.900.378)
Recursos da Reserva Monetária	(5.257.052)	(5.449.475)	(5.774.341)	(6.089.319)
Renegociação de Dividas de Entes da Federação	(260.983.028)	(263.320.848)	(286.381.684)	(323.397.797)
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP Municípios)	(174.501.556)	(176.721.553)	(186.041.473)	(217.439.482)
Créditos da Lei nº 8.727/93*	(44.124.534)	(44.164.928)	(44.038.398)	(44.760.363)
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	(26.640.343)	(26.646.686)	(34.151.328)	(36.723.884)
Demais (Royalties, créditos da CEF cedidos à União e outros)	(15.716.595)	(15.787.681)	(22.150.485)	(24.474.068)
Demais Ativos Financeiros	(18.551.132)	(14.263.039)	(16.053.369)	(18.105.922)
Haveres Externos (DRME e Garantias)	(3.780.948)	(3.731.486)	(5.169.787)	(6.284.318)
Outros Créditos Bancários*	(14.770.184)	(10.531.553)	(10.883.582)	(11.821.604)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)=(DC - AF)	545.745.783	541.927.581	579.818.771	633.860.238
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	167.739.102	180.331.892	189.627.941	201.927.320
% da DC sobre a RCL	595,11%	566,53%	585,66%	586,03%
% da DCL sobre a RCL	325,35%	300,52%	305,77%	313,91%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL³	-	-	-	-

FONTE: Banco Central do Brasil.

¹ Inclui aplicações do INSS, FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

² Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

* Valores provisórios

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional